

A partidarização do pré-sal

Rogério L. Furquim Werneck*

Um passo à frente, dois atrás. Mais uma vez, o que parecia avanço irreversível na construção institucional do País está arriscado a sofrer lamentável involução. É espantoso que, a essa altura dos acontecimentos, tenha ganho força no Planalto um movimento restauracionista determinado a reestabelecer no Brasil o monopólio estatal na exploração de petróleo.

O Planalto poderia ter dado ao pré-sal o encaminhamento suprapartidário que a seriedade da questão exigia. Mas deixou-se levar pela insensatez. Em vez de usar o desenho da regulamentação do pré-sal para consolidar o já amplo *common ground* que há tempos vem compartilhando com a oposição, preferiu dar ouvido às vozes que defendiam que o pré-sal fosse usado como plataforma eleitoral, para realçar diferenças num embate político que supostamente seria favorável à candidata oficial.

Na segunda-feira, em cerimônia grandiosa, concebida para 3 mil convidados e marcada por um tom nacionalista que parecia desenterrado dos anos 50, foram afinal anunciados os projetos de lei com que o governo pretende dar forma ao novo marco regulatório do pré-sal.

O que prevaleceu foi uma proposta desenvolvida ao longo do último ano, entre quatro paredes, por um pequeno grupo interministerial coordenado a quatro mãos pela Ministra Dilma Rousseff e pelo Ministro Edison Lobão. O governo não conseguiu explicar de forma minimamente convincente por que a exploração do pré-sal não poderia ser acomodada no flexível marco regulatório vigente, baseado no regime de concessão. Mas isso não o impediu de preconizar grandes mudanças. Quer introduzir um regime de partilha, que prevê a criação de uma nova empresa pública, a Petro-sal, e reserva à Petrobras, além do monopólio de operação nos campos do pré-sal, uma participação de pelo menos 30% em cada consórcio que vier a explorar tais campos. O que exigiria esforço considerável de capitalização da empresa.

A apresentação da proposta deixou transparecer noções um tanto confusas do que é agência regulatória, do que é empresa pública, do que é uma empresa de capital aberto e das linhas divisórias que as separam. O governo parece subestimar as dificuldades regulatórias envolvidas no regime de partilha, tendo em vista as desafiantes e incertas condições de produção que terão de ser enfrentadas no pré-sal. E não oferece justificativas razoáveis para as benesses que quer conceder à Petrobras com a participação mínima de 30% e o monopólio de operação.

A idéia inicial do Planalto era apelar para tramitação em regime de urgência constitucional e tentar aprovar a mudança de legislação requerida no Congresso, a ferro e fogo, em 90 dias ou pouco mais. Mas o governo pode estar prestes a se convencer de que a tentativa de aprovação à toque de caixa, além de ser indefensável, poderá lhe trazer desfecho desfavorável.

Seja como for, a partidarização do debate sobre o desenho do marco regulatório do pré-sal já trouxe danos graves com implicações preocupantes. Caso o governo – não importa se mais lenta ou mais rapidamente – acabe apelando para o rolo compressor e consiga impor a mudança de regulação à oposição, não será surpreendente se a oposição transformar a revisão da regulação do pré-sal num ponto programático importante a ser implementado quando reconquistar a presidência. Por outro lado, caso o governo não consiga aprovar as mudanças que preconiza, é bem provável que não abandone a idéia e espere momento mais favorável no futuro para nova investida. O que se constata, portanto, é que tanto num caso como noutro, o risco de mudanças radicais no marco regulatório do pré-sal, ao sabor das alternâncias de governo, poderá permanecer muito alto. O que poderá dificultar em muito o gigantesco esforço de investimento que se faz necessário para a exploração do pré-sal.

Tendo em vista a complexidade e a seriedade da questão, teria sido muito melhor se o governo tivesse conduzido a parte técnica do debate em plano suprapartidário, com isenção e objetividade, evitando idéias preconcebidas, imposições e fatos consumados. É sempre mais fácil construir apoio amplo em torno de soluções técnicas bem formuladas e respeitáveis. Tivesse sido essa a atitude, não lhe teria sido difícil angariar o apoio da parte mais séria da oposição. Mas tudo indica que essa oportunidade foi perdida.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.